

**ENTREVISTA**  
RAQUEL ROLNIK

# “COISAS NADA CIVILIZADAS OCORREM QUANDO UM PAÍS PREPARA UM MEGAEVENTO”

Daniel Garcia



*“Um megaevento é uma situação paralisante do ponto de vista político, especialmente a Copa do Mundo, porque, em se tratando de futebol, mobiliza-se um elemento cultural fortíssimo na cultura brasileira. Nós amamos o futebol: sofremos, sentimos, faz parte da alma brasileira. Em seu nome, vale tudo. Constitui-se um verdadeiro Estado de Exceção, um Estado de Emergência, onde direitos acabam não acontecendo”. A autora do comentário é a professora Raquel Rolnik, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e relatora, na Organização das Nações Unidas (ONU), do direito à moradia adequada.*

*Responsável por um relatório temático sobre o impacto dos megaeventos, nesta entrevista Raquel descreve incisivamente como são decididas, no Brasil, as transformações urbanas que já vêm afetando negativamente as condições de moradia de milhares de pessoas de baixa renda: “As operações da Copa não passam pelo Ministério das Cidades. O processo decisório ocorre nos gabinetes de prefeitos e governadores envolvidos, e na rede empresarial envolvida na viabilização desses empreendimentos. Os projetos com os quais o governo federal está envolvido são os projetos de mobilidade — e o BNDES financia a construção dos estádios. Mas não há nenhuma instância no governo federal, participativa ou aberta, onde isso tenha sido debatido”.*

*A democracia desapareceu nesse contexto, acusa a professora da FAU: “Onde estão as instâncias que foram criadas — como os conselhos de cidades, os conselhos gestores de habitação, o conselho nacional da cidade — num processo de institucionalização da democracia participativa no país? Em lugar nenhum. Estão absolutamente à margem disso. O processo decisório passa pelos **players** diretamente envolvidos na questão, no caso, os comitês organizadores da Copa; a Fifa, que traz o conjunto de interesses empresariais dos patrocinadores fechados com essa instituição privada; o poder político local — o prefeito, o governador, o comitê organizador local e os fornecedores locais”. Em suma, o capital privado dita as regras, com total anuência das estruturas de governo.*

*O panorama é desolador, todavia “existe vida inteligente nesse país”. Raquel acredita que o movimento de resistência ao rolo compressor da Copa 2014 “está começando e tende a crescer”. A entrevista foi concedida a **Pedro Estevam da Rocha Pomar** e as imagens são do repórter-fotográfico **Daniel Garcia***



**“Áreas ocupadas por populações de baixa renda são as mais vulneráveis e foram objeto de renovação urbanística em desrespeito a direitos humanos básicos, sob o pretexto de que se tratava de áreas ilegais. Isso apareceu com força na África do Sul porque aconteceram remoções em massa”**

É nesse momento que começam a entrar no jogo os chamados países emergentes, no momento em que as suas economias passam a ser extremamente significativas, leia-se: o seu mercado passa a ser bastante significativo. Não é por acaso que a China vai fazer as Olimpíadas de Beijing, África do Sul a Copa do Mundo, Dheli vai fazer os *Commonwealth Games* e o Brasil a Copa do Mundo e as Olimpíadas; a Rússia é o próximo. Então, é exatamente o momento em que é teste não para a etapa civilizatória, mas sim teste para ser um *player* global nos circuitos mercantis e financeiros internacionais. Coisas nada civilizadas ocorrem quando um país se prepara para esse tipo de evento, no campo dos direitos humanos. O processo civilizatório significaria, entre outras coisas, o fortalecimento da proteção dos direitos humanos e não uma desmontagem.

**Revista Adusp.** Isso ficou mais evidente na África do Sul, ou já em Barcelona essas coisas se tornaram mais visíveis? Minha impressão é de que foi a partir da África do Sul que essas denúncias de violações ganharam mais corpo.

**RAQUEL.** Há dois elementos nesse jogo que é importante entender. O

primeiro elemento é que é muito diferente você fazer grandes operações de “gentrificação” [*gentrification*, enobrecimento], de abertura de frentes de expansão para o do capital imobiliário global em cidades e países que têm potencial de urbanidade básica garantido, se não para todos, para a grande maioria; e você fazer isso em países onde esse grau de urbanidade básico não está garantido, como é o caso da África do Sul ou do Brasil ou da Índia; ou seja, um país marcado pela precariedade, pela desigualdade muito forte, pela exclusão territorial. É muito diferente.

Essas questões já surgiram em Barcelona, evidentemente, mas elas vão surgir com mais força porque justamente as áreas ocupadas por populações de baixa renda são as mais vulneráveis e foram justamente as áreas que foram objeto de renovação urbanística desrespeitando direitos humanos básicos, sob o pretexto de que se tratava de áreas irregulares e ilegais. O direito humano à moradia adequada não tem nada a ver com ser formal ou informal. É um direito humano. Isso apareceu com força na África do Sul porque aconteceram remoções em massa. Isso é um lado.

O outro lado é que o mundo dos direitos humanos, assim como todo

o resto do mundo, não é imune à tensão geopolítica. Historicamente, no Conselho de Direitos Humanos, há uma tensão muito grande entre países desenvolvidos e não desenvolvidos. Os países emergentes, que foram objeto de ocupação colonial, ocupação imperialista, controle financeiro por parte dos países europeus e da América do Norte, claramente se contrapõem a estes e fazem uma leitura a cada vez que os países do norte — esses países que historicamente fazem parte das potências imperialistas opressoras e ganhadoras — denunciam [violações], por meio de ONGs. Os países mais pobres desqualificam essas denúncias, dizendo “isso é porque esses países não querem largar o osso, não querem perder a hegemonia política, econômica e financeira que têm sobre o planeta”.

Qual é a minha posição? Isso é totalmente verdade. Os países europeus e norte-americanos que promoveram genocídios e extermínios na África, na América Latina e em vários lugares do planeta não querem “largar o osso”. É verdade também que essa tensão existe. Mas é também verdade que violações dos direitos humanos acontecem e que têm que ser denunciadas e enfrentadas e que, usando a sua própria pergunta, se nós queremos transformar um megaevento como esse — no sentido de afirmação de uma nova etapa civilizatória — faz parte desse pacote civilizatório fazer isso não só de forma eficiente para que as pessoas consigam chegar aos jogos, para que tudo funcione perfeitamente bem, mas também de forma que tudo isso seja feito no âmbito do mais absoluto respeito

aos direitos humanos, à participação, ao direito à informação e, infelizmente, nada disso está sendo respeitado no nosso caso.

**Revista Adusp.** O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) diz que 2012 vai ser o ano dos despejos no Brasil, em função dessas obras de preparação dos estádios e de tudo o mais. Você também tem essa avaliação?

**RAQUEL.** Avalio que isso tem sido crescente, apesar de ter a dúvida se isso está crescente ou se está maior a nossa capacidade de denúncia e de acompanhamento. Está aumentando não apenas em função dos jogos, mas em função do próprio processo de desenvolvimento econômico do país. O próprio PAC, projetos de investimentos muito importantes de infraestrutura, por exemplo, projetos de transformação urbanística, projetos de usinas etc. Tudo isso promove “desterritorializações”, “reterritorializações”, remoções... E de novo, é muito importante afirmar que o grande problema não é o deslocamento das pessoas em si, embora isso sempre seja um trauma; mas, sobretudo, a maneira como isso é feito.

É importante o Brasil crescer e aumentar o poder aquisitivo da classe trabalhadora. Agora, o que isso significa em termos de implementação de uma agenda de direitos humanos e direitos sócio-culturais que foi a agenda consolidada na Constituição e que foi objeto da

demanda histórica dos movimentos sociais e populares? A grande questão é que finalmente temos dinheiro e que finalmente vamos implantar essa agenda. Mas não é exatamente isso que nós estamos observando.

Ao mesmo tempo em que estamos observando avanços importantes em algumas políticas sociais,

Daniel Garcia



***“Ao mesmo tempo em que observamos avanços em algumas políticas sociais, testemunhamos retrocessos em alguns direitos. Um deles, chocante, é na questão dos assentamentos informais, na moradia dos trabalhadores brasileiros, que desde a Constituição têm reconhecidos os seus direitos à terra e à moradia”***

melhoria dos salários dos trabalhadores, avanços nesse campo, nós estamos também testemunhando retrocessos em alguns direitos. Um deles, que é absolutamente chocante, é justamente na questão dos assen-

tamentos informais, na moradia dos trabalhadores brasileiros que desde a Constituição têm reconhecidos os seus direitos à terra e à moradia. Inúmeros instrumentos jurídicos foram votados para viabilizar essa regularização e agora, na hora em que há dinheiro para realizar isso, estão sendo feitas remoções absolutamente desrespeitosas, ou se pagando compensações vis, absurdas, de R\$ 3 mil, R\$ 5 mil para uma família deixar a sua casa, ou senão propondo “reassentamento”, quando ocorre, a 50 quilômetros dali, numa periferia distante onde não tem cidade, desrespeitando o direito à moradia porque o direito à moradia não é quatro paredes e um teto.

**Revista Adusp.** Você pode nos dar exemplos?

**RAQUEL.** No centro do Rio de Janeiro foram feitas remoções em assentamentos. Ocupação Zumbi dos Palmares, por exemplo: foram oferecidas para as pessoas que saíram dali casas em Queimados, um

município altamente precário sem nenhuma oportunidade de emprego. Uma pessoa que mora na região central do Rio de Janeiro, estou falando de catadores, estou falando de pessoas que dependem daquela inserção para poderem sobreviver e comer. Quem não aceitou ser “reassentado” ali recebeu R\$ 5 mil, R\$ 10 mil. O que uma pessoa faz com isso? Nada. A única coisa que uma pessoa pode

fazer com isso é começar uma nova ocupação, não tem outra alternativa.

Na região da Barra Funda, junto à Marginal do Tietê, aqui em São Paulo, também foram feitas desocupações. Foi oferecido às pessoas se mudarem para o Grajaú, na área de proteção aos mananciais, na zona sul, que como todos sabem não tem absolutamente nada a ver com isso. Os moradores envolvidos no projeto do parque linear das várzeas do Tietê, que vai ser implantado como a compensação ambiental da ampliação da Marginal do Tietê, receberam a proposta de morar em Itaquaquecetuba.

Fora o chamado “cheque-despejo”, que é largamente utilizado em São Paulo e outros lugares, para a pessoa “se mandar”. Isso é totalmente ilegal em relação à legislação internacional e também

em relação à legislação brasileira.

No âmbito dos megaeventos, todo o projeto da cidade para a Copa e, no caso do Rio de Janeiro, também para as Olimpíadas, afeta as pessoas que estão nessas áreas de construções. Onde estão os projetos que mostram quantas pessoas estão sendo afetadas? Onde estão os planos de compensação e “reassentamento”? Não existem. Isso também é uma violência, pois o direito à informação, à transparência, à possibilidade de isso tudo poder ser debatido com a população afetada, que é a regra básica, com a cidade, pois isso faz parte dos nossos projetos de cidade, nada disso está aí.

**Revista Adusp.** E o Ministério das Cidades? Como é que fica?

**RAQUEL.** As operações da Copa não passam absolutamente pelo Ministério das Cidades. Na verdade, são operações onde o processo decisório é feito nos gabinetes de prefeitos e governadores envolvidos, e na rede empresarial envolvida na viabilização desses empreendimentos, e ponto. Não há outra esfera consultada. Eventualmente, quando é necessário, se define a partir desse processo decisório, concentrado e excludente, que é preciso mudar uma lei. Nesse caso, é mandado para a Câmara e o prefeito manda aprovar.

***“O relatório da Lei Geral da Copa apresentado e votado no Congresso já abre excepcionalidades enormes, graves. E para além da Lei Geral da Copa, a Fifa negocia, muitas vezes de forma paralela e obscura, protocolos individuais com as cidades”***

Os projetos com os quais o governo federal está envolvido são os projetos de mobilidade — e o BNDES com o financiamento da construção dos estádios. Mas não há nenhuma instância no governo federal, participativa ou aberta, onde isso tenha sido debatido. Isso foi debatido com os comitês organizadores da Copa em cada cidade e o governo federal. Pronto, acabou.

E quem são esses comitês organizadores? E onde estão as instâncias que foram criadas — como os conselhos de cidades, como os conselhos gestores de habitação, como o conselho nacional da cidade — num processo de institucionalização da de-

mocracia participativa no país? Em lugar nenhum. Não passa nenhum processo decisório por ali. Elas estão absolutamente à margem disso. O processo decisório passa pelos *players* diretamente envolvidos na questão, no caso, os comitês organizadores da Copa; a Fifa, que traz o conjunto de interesses empresariais dos patrocinadores fechados com essa instituição privada; o poder político local — o prefeito, o governador, o comitê organizador local e os fornecedores locais, sejam as empreiteiras que vão construir as obras, sejam os demais fornecedores da montagem dessa estrutura. Não tem cidadania, não

tem planejamento urbano, não tem plano, não tem nada.

**Revista Adusp.** Resta se queixar ao bispo...

**RAQUEL.** Não, muito mais do que isso! Des-

de o ano passado começaram a se organizar comitês populares da Copa nas cidades-sede, alguns com caminhos mais andados, outros ainda em processo de organização, que começaram a trabalhar, em princípio, com os diretamente atingidos pelas remoções, mas que, eventualmente, também se aliaram a outros movimentos importantes que existem na sociedade brasileira: pela transparência, pelo controle do gasto público, com ou sem a participação direta dos Ministérios Públicos locais e as Defensorias; organizações não governamentais em muitas cidades; a universidade, que também tem tido um papel importante em alguns desses

Daniel Garcia



*“Os corredores de ônibus, os VLTs, as extensões de metrô de superfície vão melhorar a mobilidade das regiões que estão atingindo. Mas em Barcelona se fez uma estratégia de mobilidade a partir das demandas de transporte coletivo, e se usou a Copa para implementar essa estratégia. Aqui é o contrário”*

comitês — existe uma articulação nacional desses comitês populares. Essa articulação nacional lançou na Internet um Portal da Copa de todos os comitês, divulgou publicamente um dossiê já dando conta de quais são as violações que estão acontecendo nas várias cidades.

Então existe vida inteligente nesse país. Existem muitas pessoas que estão indignadas, muitas vezes associadas a torcedores também envolvidos com isso e que estão procurando se articular, resistir, propor, denunciar, em todas as esferas em que isso seja possível. Esse movimento está começando e tende a crescer. É muito difícil porque um megaevento é uma situação paralisante do ponto de vista político, porque é uma situação quase perfeita, especialmente a Copa do Mundo, em que você alia um sentimento nacionalista, porque se trata de mostrar o país para o mundo, e ao mesmo tempo, em se tratando de esporte, particularmente em se tratando de futebol, mobiliza um elemento

cultural fortíssimo e importantíssimo na cultura brasileira. Nós amamos o futebol: sofremos, sentimos, faz parte da alma brasileira. Portanto, em nome disso, vale tudo.

Constitui-se um verdadeiro Estado de exceção, um Estado de emergência, onde direitos, procedimentos com os quais nós deveríamos tomar mais cuidado, acabam não acontecendo e acabam sendo “bypassados” inclusive através da própria Lei Geral da Copa. O relatório da Lei Geral da Copa que está sendo apresentado e votado no Congresso já abre excepcionalidades enormes, graves, e para além da Lei Geral da Copa a Fifa negocia, muitas vezes de forma paralela e obscura, protocolos individuais com as cidades, sem sequer passar pelas câmaras municipais. A Fifa já enviou esses protocolos para as prefeituras e governos estaduais das cidades-sede; e a gente não sabe o que tem lá dentro, não sabe se as prefeituras e os governos estaduais estão assinando ou não, e tudo isso está acontecendo no nosso país.

**Revista Adusp.** Do ponto de vista urbanístico, existe alguma chance de essas obras que estão sendo feitas, por exemplo, essas de mobilidade e aquelas propriamente es-

portivas, virem a ser aproveitadas pela população futuramente? No caso do Pan, por exemplo, no Rio de Janeiro, muita coisa ficou depois completamente ociosa...

**RAQUEL.** Eventualmente tem obras de mobilidade, sobretudo aquelas ligadas ao transporte coletivo de massa — os corredores de ônibus, os VLTs, as extensões de metrô de superfície, sobretudo essas que melhoram a qualidade do transporte coletivo que é um caos, que sempre foi absolutamente relegado no Brasil — que vão melhorar a mobilidade das regiões que estão atingindo. Não tenho a menor dúvida de que vão melhorar.

Agora, não é que a partir das principais demandas de transporte coletivo se fez uma estratégia de mobilidade e se usou a Copa para implementar essa estratégia, que foi um pouco o que aconteceu em Barcelona. Aqui é o contrário. Primeiro define-se onde ficam o estádio, o aeroporto, e as obras vão basicamente fazer as ligações de uma zona hoteleira com o estádio e o aeroporto. Eventualmente, se isso cai numa região onde tem muita gente que precisa de transporte coletivo, beleza, vai beneficiar muito. Se não, vai beneficiar

Daniel Garcia



poucos. Haveria uma discussão se isso seria prioridade máxima.

Agora, mesmo dentro desses projetos, há maneiras e maneiras de fazê-lo. Por exemplo, no caso da cidade de São Paulo, o aeroporto internacional fica na cidade de Guarulhos, segunda cidade da região metropolitana, com mais de um milhão de habitantes. Lá não tem nada de transporte coletivo de massa. Então, projetar um transporte coletivo de massa, por exemplo o metrô, até o aeroporto, dependendo de como ele é feito, pode beneficiar os moradores de Guarulhos, isso é genial.

No entanto, a proposta inicial do governo do Estado era fazer um trem, o expresso aeroporto, que saía da região da Luz e chegava direto no aeroporto, custando R\$ 36 sem fazer nenhuma parada. Ora, isso não beneficia a população de Guarulhos. Hoje há uma nova proposta, infinitamente melhor, que sai da zona Leste e vai

passando com o trem por várias paradas, atendendo o noroeste de São Paulo e a entrada em Guarulhos. Isso vai beneficiar a população de Guarulhos e vai ser muito bom para a Copa.

Tudo depende de como você faz. Você pode fazer essas obras para melhorar, para respeitar, para promover direitos humanos, ou você pode fazer a partir de uma outra lógica que não faz nada disso.

É importante entender o papel que a Universidade pode ter nesse momento. Um papel de acompanhamento crítico desse processo. Existe uma rede de universidades e grupos de pesquisas no Brasil inteiro estudando e acompanhando a questão dos megaeventos, se posicionando diante disso. Aqui na FAU nós também temos um grupo. Sei que começam a se constituir grupos também nas Ciências Sociais [FFLCH], em outras unidades. Eu acho absolutamente fundamental, porque nesse

*“A Universidade pode ter um papel de acompanhamento crítico desse processo. Existe uma rede de universidades e grupos de pesquisas no Brasil inteiro estudando a questão dos megaeventos. Aqui na FAU temos um grupo. Começam a se constituir grupos também nas Ciências Sociais [FFLCH], em outras unidades”*

momento é preciso ter um pensamento crítico sobre isso, no sentido de pensar o que seria construir um legado sócioambiental e de proteção dos direitos humanos aqui no Brasil.

**Revista Adusp.** Quais seriam essas outras instituições?

**RAQUEL:** Na UFRJ, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur), onde há três grupos trabalhando com isso; na UFRN; UFBA, também um núcleo e projeto de acompanhamento de megaeventos; UFPR, em Curitiba, que tem um observatório; a UFMG também tem um observatório... Então são vários núcleos espalhados pelo Brasil que estão começando a trabalhar com isso e acredito que cada vez mais esse assunto venha a ganhar musculatura.